

RECURSO ESPECIAL Nº 1.513.675 - PR (2015/0011342-9)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
RECORRENTE : SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL DO ESTADO DO PARANÁ
ADVOGADO : LUCIANA INES RAMBO E OUTRO(S) - RS052887
RECORRIDO : UNIÃO

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal do Estado do Paraná, com amparo na alínea "a" do inciso III do art. 105 da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo TRF da 4ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 139):

AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO. SINDICATO. AJG. VALOR DA CAUSA.

1. É ônus da parte pessoa jurídica comprovar os requisitos para a obtenção do benefício da assistência judiciária gratuita, sendo irrelevante a finalidade lucrativa, ou não, da entidade requerente. Precedentes STJ.
2. É necessário que o sindicato profissional, comprove a ausência de recursos financeiros para arcar com as despesas processuais.
3. A jurisprudência é pacífica no sentido de que o valor da demanda deve corresponder ao conteúdo econômico pretendido, ou seja, o benefício que será advindo com o acolhimento da pretensão.

Os embargos de declaração opostos contra aludida decisão foram acolhidos parcialmente, para fins de prequestionamento (e-STJ, fls. 157-163).

O recorrente alega a existência de contrariedade aos arts. 125, I e II, 259, 260, 261, parágrafo único, 355, 458, II, 475-B, 535, II, do CPC/1973.

Sustenta que o Tribunal de origem incorreu em omissão ao deixar de se pronunciar sobre questão essencial à solução da controvérsia.

Assevera que "é incumbência da outra parte, contra quem se litiga e contra quem recairá uma eventual sucumbência, impugnar o valor atribuído à causa. Até mesmo porque uma eventual incorreção no valor atribuído não resultará em nulidade do feito, sendo interesse único e exclusivo da outra parte impugná-lo" (e-STJ, fl. 176).

Aponta que, "em demandas como a em debate (plúrimas e coletivas), quando estão em jogo interesses de muitos servidores, o cálculo do valor da causa deve ser feito considerando o interesse econômico de um dos envolvidos" e, que, "nas ações coletivas, é pacífica, em âmbito doutrinário e jurisprudencial, a possibilidade de que sejam proferidas sentenças genéricas para posterior individualização do direito vindicado nas ações de conhecimento" (e-STJ, fl. 177).

Superior Tribunal de Justiça

Requer, ao final, que "seja reconhecida a desnecessidade de apuração dos créditos individualizados dos substituídos na fase de conhecimento, bem como a possibilidade de estipulação do valor da causa pelo Sindicato Autor independentemente de cálculo individualizado, mantendo-se assim o valor originário atribuído à causa" (e-STJ, fl. 185).

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 192-202).

Parecer do Ministério Público Federal às e-STJ, fls. 224-229.

É o relatório.

De início, verifico que não se configura a ofensa aos arts. 458 e 535 do Código de Processo Civil, tendo em vista que a Corte de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, tal como lhe foi apresentada.

Não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes em defesa da tese que apresentaram. Deve apenas enfrentar a demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução. Nesse sentido: REsp 927.216/RS, Segunda Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ 13/8/2007; e REsp 855.073/SC, Primeira Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 28/6/2007.

No mais, o entendimento adotado pela Corte origem está em harmonia com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, segundo o qual o valor da causa deve refletir o conteúdo econômico da demanda, o que em ações promovidas por Sindicato em substituição a seus associados importa na soma do valor pleiteado por cada substituído e que pode o juiz da causa determinar de ofício a emenda à inicial para que o valor atribuído à causa reflita o real conteúdo econômico da demanda.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ORDINÁRIA. SERVIDORES PÚBLICOS REPRESENTADOS POR SINDICATO. DIFERENÇA REMUNERATÓRIA. PROCEDÊNCIA DA IMPUGNAÇÃO DO VALOR DA CAUSA. CONTEÚDO ECONÔMICO DA PRETENSÃO AFERIDO NAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS DE FORMA ESCORREITA. APLICAÇÃO DO ARTIGO 260 DO CPC. PARCELAS VENCIDAS E VINCENDAS. PRINCÍPIO DA CORRESPONDÊNCIA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE.

1. O entendimento firmado pelo Tribunal de origem espelha a jurisprudência desta Corte no sentido de que o valor atribuído à causa deve refletir o conteúdo econômico da demanda. Dentre os precedentes: AgRg no AREsp 599.046/RS, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 12/02/2015 e AgRg no AREsp 331.238/PI, Rel. Min. Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 14/08/2014.

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1.339.419/SC, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/3/2015, DJe 17/3/2015)

PROCESSUAL CIVIL. IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA.

VIOLAÇÃO AO ART. 535, II, DO CPC. INOCORRÊNCIA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL DEMONSTRADO. SINDICATO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORES PÚBLICOS. VALOR DA CAUSA. CONTEÚDO ECONÔMICO DA DEMANDA. SOMA DAS PRETENSÕES INDIVIDUAIS.

A Corte de origem dirimiu a controvérsia de forma clara e fundamentada, embora de maneira desfavorável à pretensão do recorrente. Não é possível se falar, assim, em maltrato ao art. 535, II, do Código de Processo Civil.

2. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que o valor da causa deve refletir o conteúdo econômico da demanda, o que em ações promovidas por Sindicato em substituição a seus associados importa na soma do valor pleiteado por cada substituído.

3. Recurso especial não provido.

(REsp 1.265.776/RS, Rel. Min. ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/8/2013, DJe 6/9/2013)

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. JULGAMENTO MONOCRÁTICO. AUTORIZAÇÃO DADA PELO ART. 557 DO CPC. JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA NESTA CORTE. SINDICATO. AJG. COMPROVAÇÃO DO ESTADO DE MISERABILIDADE. PROVAS CONSTANTES DOS AUTOS NÃO HÁBEIS A DEMONSTRAR A NECESSIDADE. IMPOSSIBILIDADE DO REEXAME. SÚMULA N. 7/STJ. INCIDÊNCIA. ADEQUAÇÃO DO VALOR DA CAUSA AO CONTEÚDO ECONÔMICO DA DEMANDA. DETERMINAÇÃO EX OFFICIO PELO JUIZ.

- Tratando-se de recurso manifestamente improcedente, prejudicado, deserto, intempestivo ou contrário a jurisprudência dominante no STJ, pode o relator decidi-lo, sem submetê-lo ao colegiado.

- Na linha da jurisprudência da Corte Especial, as pessoas jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, para obter os benefícios da justiça gratuita, devem comprovar o estado de miserabilidade, não bastando simples declaração de pobreza.

- O Tribunal de origem pronunciou-se no sentido de que os documentos carreados aos autos não eram hábeis a demonstrar a necessidade do amparo gratuito de justiça, inviável, portanto, o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, ante o óbice do enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

- O magistrado pode determinar ex officio a emenda à inicial para que o valor atribuído à causa reflita o real conteúdo econômico da demanda. Precedentes. Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1.227.972/RS, Rel. Min. CESAR ASFOR ROCHA, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/8/2011, DJe 6/9/2011)

ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE TÉCNICO-ADMINISTRATIVA - GDATA. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. VALOR DA CAUSA. REFLEXO DO CONTEÚDO ECONÔMICO DA DEMANDA.

Superior Tribunal de Justiça

DETERMINAÇÃO DE EMENDA À INICIAL. POSSIBILIDADE. JUSTIÇA GRATUITA. PESSOA JURÍDICA. SINDICATO. HIPOSSUFICIÊNCIA NÃO COMPROVADA. VEDADO O REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Não há falar em omissão quando o Tribunal de origem se manifesta fundamentadamente a respeito de todas as questões postas à sua apreciação, decidindo, entretanto, contrariamente aos interesses do recorrente. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos apresentados pela parte.

2. É possível ao Juízo de primeiro grau determinar a emenda da inicial, para que o autor ajuste o valor da causa ao conteúdo econômico da demanda. Precedentes.

3. Reconhecer a alegada hipossuficiência do recorrente, apta a autorizar a concessão do benefício de gratuidade da justiça, alterando o entendimento firmado nas instâncias ordinárias, exigiria o reexame do contexto fático-probatório constante dos autos, providência vedada em Recurso Especial pela Súmula 07/STJ.

4. Agravo Regimental desprovido.

(AgRg no Ag 1.024.675/RS, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, julgado em 21/9/2010, DJe 25/10/2010)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III e IV, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ e a Súmula 568/STJ, conheço em parte do recurso especial e, nessa extensão, nego-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Ministro